



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 572/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2213/2014 – 3 volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo Municipal de Cultura – FMC.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Márcio Gonçalves Bentes de Souza, Presidente do Conselho Municipal de Cultura e Gestor do Fundo Municipal de Cultura.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº 02/2015–DICA/MA (fls. 477/486).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1198/2015, (fls. 491/493) – Procurador de Contas Ademir Carvalho Pinheiro.

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Cultura – FMC. Exercício de 2013.

Regular com ressalvas. Recomendação à origem e à próxima Comissão de Inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, que acolheu em sessão o voto-destaque do conselheiro Raimundo José Michiles, em divergência com o pronunciamento do Ministério Público de Contas, no sentido de:**

9.1 – JULGAR REGULAR COM RESSALVAS as Contas do Fundo Municipal de Cultura, referente ao exercício de 2013, tendo como responsável o Sr. Márcio Gonçalves Bentes de Souza, Presidente do Conselho Municipal de Cultura e Gestor do Fundo Municipal de Cultura, nos termos do art. 1º, II, c/c o art. 58, “a”, da Lei n.º 2.423/96 e art. 11, III, “a”, item 4, da Resolução TCE/AM n.º 04/02;

9.2 - RECOMENDAR ao Fundo Municipal de Cultura que:

a) Seja mais criterioso quanto a formalização de parcerias para fins de custear projetos de outras instituições (Item 1, do Relatório/Voto);

b) Aprimore os mecanismos de aferição dos serviços contratados e seja mais cauteloso no tocante ao registro de seus bens patrimoniais adquiridos no exercício financeiro (Item 3, do Relatório/Voto);

c) Tome as devidas providências no sentido de adotar, implementar e cumprir as regras contidas na norma regulamentadora do registro de ponto biométrico.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 572/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Quanto aos casos extraordinários, que estes sejam devidamente publicados os atos referentes às situações cujas atividades impliquem impossibilidade de registro do ponto eletrônico, sempre observando os prazos em que perdurarem, sem prejuízo do registro manual (Item 8, do Relatório/Voto);

9.3 - RECOMENDAR à próxima Comissão de Inspeção responsável pelas contas do Fundo Municipal de Cultura, exercício de 2014, que **verifique** o cumprimento da legislação contábil no tocante ao registro dos bens móveis pertencentes ao FMC (Item 6, do Relatório/Voto).

10- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 05 de agosto de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral